

A questão da dívida externa

LUIZ FREIRE *

O Brasil tem acumulado dívidas através da sua história as quais são bastante contestáveis.

A primeira delas foi feita com a Inglaterra, em 1824 com os bancos "Bathurst, Farquhar, Cramford & Company", "Fletcher Alexandre & Company" e "Thomas Wilson & Company", no valor de 1 milhão de libras esterlinas, pelo prazo de 30 anos e com juros de 5%.

Entretanto, só recebemos 750.000 libras, pois, foram descontados 250.000 a título de "despesas" do empréstimo. Além disso, os credores detinham o monopólio da compra e venda de qualquer material que o Brasil precisasse, 2,5% de comissão sobre venda ou compra de qualquer mercadoria, 1% sobre as compras ou vendas de ouro ou prata, 1% sobre letras de câmbio do país, 1% sobre os seguros de ouro ou prata.

A segunda operação foi feita com o "Nathan Mayer Rotschild", no valor de 2.000.000 de libras esterlinas, só nos pagando 1.700.000, ficando 300.000 libras como "despesas" do empréstimo esse a ser amortizado num prazo de 30 anos, em 12 parcelas mensais. Apesar de terem começado a ser pagos, os juros, a partir de outubro de 1824, o valor do empréstimo só foi creditado em janeiro de 1825. Os juros foram de 5%, com uma comissão de 1/8% sobre a compra das cauteias de amortização, 4% de corretagem e 3% sobre o total. Qualquer parcela adiantada antes do prazo pagaria mais 5%.

O terceiro veio pelo tratado de 29 de agosto de 1825, no qual Portugal reconhecia a nossa independência e nós assumíamos o débito de Portugal com os banqueiros ingleses, no valor de 1.400.000 libras e mais 600.000 para indenizar Portugal dos bens deixados no Brasil.

Os dois primeiros empréstimos nos renderam 2,45 milhões de libras e pagamos 3 milhões de libras e os juros de 11,2 milhões!

O terceiro, feito por Portugal, em situação bem melhor, pagamos os 2 milhões de amortizações e mais 6,1 milhões de juros.

Assim, 3 anos depois de independente o país já devia 5 milhões de libras esterlinas, quantia apreciável para a época.

Na Proclamação da República essa dívida já somava mais de 30 milhões de libras esterlinas.

A partir de 1921 retomou-se o fluxo dos empréstimos externos. Em 1933 o serviço da nossa dívida externa já era de 23 milhões de libras esterlinas. A dívida se manteve mais ou menos estabilizada até 1946, em torno de 2 bilhões de dólares, passando em 1963 para US\$ 2,4 bilhões.

A partir do fim da década de 60 apareceram os eurodólares, com enormes facilidades de se obtê-los, os quais passaram a acelerar o nosso endividamento. Em 1969 já víamos US\$ 4,4 bilhões e em 1972 US\$ 9,5 bilhões.

Depois da crise do petróleo, em 1973, acelerou-se descontroladamente o nosso endividamento. No fim deste ano a dívida elevou-se para US\$ 12,6 bilhões, em 1974 para US\$ 17,2 bilhões e em 1980 US\$ 64,2 bilhões!

Nesses últimos 10 anos o País também aceitou cláusulas leoninas, na ânsia de obter empréstimos, que rolassem a dívida para depois do período de cada administração.

Chegamos a aceitar novos empréstimos com juros de até 21%, mais "spreads" e comissões. Temos pagos os "spreads" mais altos do mundo (2,75%). Maiores do que os pagos pelo México (0,812%) e a Argentina, países que estavam quebrados e inadimplentes.



No empréstimo conseguido para financiar a construção da ferrovia de Carajás, por exemplo, empréstimo este no valor total de 600 milhões de dólares, o Governo brasileiro aceitou uma cláusula que nos obrigou a importar 27 milhões de dólares de dormentes, do Canadá.

Pasmem com essa incoerência: para construir uma ferrovia em plena selva amazônica, importamos dormentes do Canadá!

Por isso, só posso aceitar o pagamento de nossa dívida externa, se for precedido de uma auditoria que venha a determinar a legitimidade dessa dívida. Aceito o pagamento mesmo da nossa incompetência e dos empréstimos desnecessários, mas, não posso admitir que se pague, com o suor do povo brasileiro, as propinas recebidas, ou a agiotagem internacional.

Basta observar o balanço consolidado do Citibank, para se constatar que o Brasil é o país do mundo onde aquele banco tem o maior lucro, acima mesmo do obtido nos Estados Unidos, apesar deste banco aplicar aqui, somente 8% do total dos seus empréstimos e lá, 42% dos mesmos!

Além dessa auditoria, devemos nos unir com os devedores da América Latina e exigir uma taxa de juros abaixo da "prime rate", sem "spread" e sem qualquer comissão. Não nos venham com o argumento de que não aceitam o cartel dos devedores, porque eles criaram o dos credores. Nos Estados Unidos é o Citibank que coordena o "pool" de bancos e na Europa e no Japão é o Clube de Paris.

Todos falam que a solução para a "debt crise" tem que ser política. Que "a dívida dos países em desenvolvimento se situa num amplo contexto de relações econômicas, políticas, tecnológicas, que manifestam a interdependência crescente entre as nações e a necessidade de um acordo internacional para perseguir objetivos de Bem Comum. Esta interdependência, para ser justa, em lugar de conduzir ao domínio dos mais fortes, ao egoísmo das nações, a desigualdade e injustiças, deve fazer surgir novas e amplas formas de solidariedade que respeitem a igual dignidade de todos os povos". (A serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional — Pontifícia Comissão "Justitia et Pax").

Devemos manter o pagamento, em dólares, de todos os itens do balanço de pagamentos (remessa de lucros, royalties, fretes, seguros, importações etc), exceto os juros. Este item, na base máxima de 4% ao ano, deveria ser pago pontualmente, pelo Banco Central, em cruzados. Ao banco credor caberia a decisão de transformá-lo em mercadorias que poderiam ser retiradas do País, ou aplicá-los em ações na bolsa, ou investi-los em novos empreendimentos no Brasil, ou até transformá-los em dólares no mercado livre.

Assim, nos livrariamos dos problemas do protecionismo, ou das retaliações das nações industrializadas tomadas em represália por medidas soberanas que viéssemos a adotar, como a lei de informática, por exemplo.

Aos bancos caberia a tarefa de viabilizar a transferência das mercadorias para as empresas interessadas, situadas no exterior, pressionando os seus governos a não criarem dificuldades a essa transferência.

Com o saldo em dólares, da balança comercial, deveríamos amortizar o mais rapidamente, possível, a dívida externa, a fim de podermos recuperar a soberania perdida.

*Deputado pelo PMDB de Pernambuco

Constituinte avança no período de recesso

Os trabalhos da Constituinte deverão prolongar-se até o mês de dezembro, de acordo com um fluxograma da elaboração constitucional feito pelo PDS, atendendo solicitação da Mesa da Constituinte. A votação final dos projetos e emendas poderá ocorrer entre os dias 2 e 7 de dezembro, mas o Regimento

Interno não fixa prazos ao plenário para votar, o que poderá estender os trabalhos durante o recesso parlamentar que começa em 5 de dezembro.

Caso os trabalhos das comissões e subcomissões tenham início amanhã, as discussões, a nível de subcomissão, deverão findar no dia 16 de maio.